

## CAPÍTULO VI

### **PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Promover o desenvolvimento de uma pequena cidade, importa, primordialmente, em aglutinar de modo sistemático e racional, as diversas potencialidades existentes (endógenas e exógenas) no local, a fim de que, a descoberta de novas perspectivas produtivas possibilitem o engendramento de novas fórmulas de utilização desse potencial.

O descobrimento e a aglutinação dessas potencialidades implica em levar em conta as vocações e tendências contidas nos contextos humano, social e econômico do local, passíveis de utilização e que possam contribuir com a melhoria de vida de seus habitantes.

O desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e a competitividade da economia local, aumentar a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, op. Cit. p. 9)

A cidade de São Pedro do Piauí, como a maioria das pequenas cidades brasileiras, padece de uma síndrome imposta pelos ditames da globalização – o medo de desenvolver-se.

Alastra-se pelo Brasil, a idéia de que a promoção do desenvolvimento, somente é possível, se forem combinadas vultosas somas de capital financeiro, aliadas a uma complexa tecnologia que, em conjunto, seja capaz de gerar emprego, renda e com exarcebada preferência pela redução de custos que garanta maior competitividade e lucratividade.

Há que se ter em mente, que os preceitos da ciência econômica, principalmente os da macroeconomia, assumem nos dias atuais, irrefutável preponderância em função da escalada humana na busca frenética pela consecução dos anseios sociais, mormente aqueles definidos como padrão de bem-estar social e esse bem-estar, distancia-se cada vez mais de pequenas comunidades, onde os caminhos do desenvolvimento ainda não estão definidos e por isso, marginalizam um considerável contingente de agentes sociais, em idade produtiva, dando início a um processo de exclusão social com negativas conseqüências ao equilíbrio social.

A cidade de São Pedro do Piauí, alvo do presente estudo, se insere no rol das cidades brasileiras que buscam caminhos que possam levá-la a uma prática nova, ou seja, a de promover o seu desenvolvimento sustentável e onde a junção interdisciplinar de fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais, consubstancie uma base operativa que atenda aos preceitos da economicidade, porém coerente com os princípios da sustentabilidade.

A pesquisa revelou que na cidade existem os fatores necessários para o funcionamento dessa base operativa e que dê sustentação para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento local, desde que sejam suplantadas as carências e limitações estruturais que dificultam a introdução de novas práticas produtivas.

Para melhor compreensão das perspectivas de desenvolvimento local, elencou-se um conjunto de potencialidades existentes na cidade, de acordo com o viés produtivo a que pertencem. A partir portanto da estratificação dessas potencialidades, enumera-se os seguintes fatores que podem contribuir com o desenvolvimento local.

## 6.1 – FATOR HUMANO

A população da cidade de São Pedro do Piauí, é de vocação eminentemente agrícola, considerando-se que 26,16% dela, ocupada e com renda, concentra suas atividades na lavoura da terra, mesmo residindo na cidade. Outros dois grupos ocupacionais, os autônomos (11,63%) e os comerciantes (5,81%) somados, representam a segunda maior categoria.

Considerando pois, que 43,60% (65 pessoas) do universo de 172 pessoas que auferem renda com alguma ocupação, trabalham de forma independente, sem nenhuma vinculação com o mercado formal de emprego (setor público ou privado), há de se convir que, essas pessoas possuem obstinação quanto ao que fazem e como fazem e que estão dispostas a participar de alguma outra atividade produtiva afim, desde que lhes possibilite melhores condições de vida, a partir de uma perspectiva de aumento da renda.

Também há que se considerar que, das 404 pessoas (ver Tabela 08) que compõem o universo pesquisado, 246 ou 60,9% estão em idade produtiva. Dessas, 74 ou 30% delas, encontram-se desocupadas e sem renda. São os chamados excluídos do processo econômico e que, dadas as afinidades produtivas e as preferências declaradas sobre os fatores geradores de desenvolvimento que lhes foram sugeridas (v. tabela 10), essas também, e principalmente elas, se incluirão no universo dos que almejam compor a força de trabalho comprometida com o desenvolvimento local.

Qualquer tentativa de se promover o desenvolvimento, nela deverá se incluir, obrigatoriamente, o componente humano, mesmo porque, a promoção intelectual e material da população da cidade, é o objetivo maior da proposta que ora se formula.

Entretanto, para a consecução da proposta, tem-se consciência da evidente necessidade de se capacitar, treinar e acompanhar as ações dos agentes sociais envolvidos na implementação de um Plano de Desenvolvimento Local, desde a sua discussão, aprovação e operacionalização das propostas contidas nas Sugestões Finais.

## 6.2 - FATOR ECONÔMICO

### 6.2.1 - Açude Público

A utilização das potencialidades econômicas existentes dentro do espaço urbano, é uma das pré-condições para a alavancagem de um plano de desenvolvimento para as pequenas cidades e a elaboração de um plano, requer um levantamento prévio dos fatores produtivos, passíveis de exploração econômica e que, com a introdução de um mínimo possível de ações impactantes negativas ao meio ambiente, possam contribuir para geração de renda de seus habitantes.

Nesse levantamento, é importante que se priorize a utilização racional e equilibrada dos recursos naturais a serem utilizados na matriz fomentadora de renda. Neste caso, faz-se necessária uma readequação dos métodos e técnicas em uso, a fim de que essa matriz não seja comprometida durante a atividade exploratória.

Para os recursos naturais disponíveis, mas ainda não utilizados, os cuidados com a preservação e a conservação, devem ser a fonte basilar contra todas as ações que possam provocar impactos negativos ao meio ambiente.

Na cidade de São Pedro do Piauí, inexistente uma estrutura produtiva que tenha como base exploratória os recursos naturais nela existentes. O fato de ser uma comunidade com forte propensão às atividades agrícolas, estas, buscam as cercanias da cidade, fora do perímetro urbano, para nelas cultivarem os produtos agrícolas mais tradicionais como, arroz, milho, feijão e mandioca.

Porém, merece destaque e especial atenção, a existência no perímetro urbano de uma açude público, com as características apresentadas no Capítulo IV, margeado por terras férteis e totalmente desvinculado de qualquer atividade produtiva e submetido a alto risco de degradação pela população local.

Segundo Azevedo (2003), uma sociedade sustentável, define-se como sendo aquela que interage o seu capital natural com o capital criado pelo homem, - tecnologias, equipamentos, saberes e ideais, de modo a produzirem bens e serviços que atendam às necessidades e desejos humanos, sem macular os princípios da sustentabilidade.

Ainda Azevedo (op. cit.), sugere que para se promover o desenvolvimento sustentável das pequenas cidades, torna-se absolutamente necessário que se descubram as vertentes propulsoras do desenvolvimento econômico, a partir da identificação das potencialidades naturais, passíveis de exploração.

Ora, se a prática da degradação ambiental do açude público existente na cidade, está constatada e é crescente e, combatê-la de modo sistemático e constante, é uma tese que se defende, por que não unir o útil (produzir) ao agradável (preservar e conservar)?

Sendo o açude público, como de fato o é, um patrimônio natural da cidade, está protegido pela Constituição Federal em seus artigos 23, incisos III e VI e 225; pela Lei Federal nº 6.938 de 31.08.1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente; pela Lei Federal nº 9.433 de 08.01.1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos; pela Constituição Estadual, Artigo 237 e pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001. Portanto, a estreita observância do que determina a Lei, o açude público de São Pedro do

Piauí pode e deve ser considerado como potencialidade econômica capaz de contribuir com o desenvolvimento local, respeitada sua conservação e preservação.

#### 6.2.2 - Artesanato

Existe na cidade, alguns grupos de pessoas voltadas para a produção artesanal de toalhas, lençóis, fronhas e cortinas bordadas, além de outras que já participaram de uma tentativa de introduzir a tecelagem (redes, mantas, tapetes) como fonte alternativa de renda. Essas pessoas têm suas habilidades desenvolvidas para esse segmento produtivo e no momento estão a depender somente de ações dos agentes públicos para reativarem suas atividades.

Uma outra alternativa de geração de renda neste mesmo segmento produtivo que se pode incentivar, é a produção de utensílios à base de argila, como filtros de água, jarros etc. Um grupo de pessoas já recebeu capacitação e treinamento pelo SEBRAE-PI para essa finalidade e está apto a produzir desde que haja a intervenção do poder público no que concerne a oferecer uma estrutura que possibilite produzir com regularidade. Além do que, existe em um dos bairros periféricos da cidade, uma jazida de argila que se presta muito bem para esse fim, tendo inclusive, sido testada quando da capacitação já referida.

### 6.3 – FATOR MERCADOLÓGICO

Qualquer atividade produtiva que vise o desenvolvimento local, através da combinação dos fatores, recursos naturais, capital e mão-de-obra, só faz sentido se houver uma expressividade econômica e esta, somente se fará presente, se houver um mercado que absorva a produção.

Um dos objetivos que norteiam o presente trabalho, é oferecer sugestões que possam contribuir com a geração de renda para os sampedrenses. Para isto, é imperioso e elementar, a existência de um mercado consumidor capaz de absorver a produção que se pretende implementar, conforme descrita no Capítulo seguinte – Considerações Finais.

A pesquisa revelou que tudo que se consome em São Pedro do Piauí, a partir de produtos básicos para a alimentação, provêm de outras cidades. Presume-se portanto, que um

consórcio produtivo orientado para a produção de hortaliças, peixes, ovos e frangos, possa abastecer o mercado local, a preços bem inferiores aos praticados no presente, haja vista, as atuais condições de abastecimento, nas quais se inclui o frete.

Somente a merenda escolar, poderá consumir grande parte dessa produção durante os dois períodos letivos do ano. Também há que se considerar que os municípios vizinhos poderão se beneficiar, caso se implemente uma estrutura de comercialização capaz de atender a demanda daquelas cidades descritas no Capítulo V e conforme mapa anexo.

Para se ter uma idéia do potencial de mercado da cidade, no que tange ao consumo de produtos primários (verduras, peixes, ovos e frangos), somente a Prefeitura Municipal atende diariamente, 3.752 crianças e adolescentes (Ensino Infantil e Fundamental), com a merenda escolar. Basta que haja um redirecionamento no atendimento, priorizando o encadeamento conjugado de ações do governo municipal com o mercado produtor local.

A parceria governo/comunidade, tende a ser, pelo menos em São Pedro do Piauí, uma experiência salutar no tocante à mobilização e ao desenvolvimento comunitário, a partir da mudança dos rumos, como foco no mercado local.

Para a produção artesanal, dada a relevância que tipo de produção vem assumindo no mercado nacional e até internacional, sua colocação vai depender da visão estratégica que for adotada na formulação de um plano de desenvolvimento para a cidade.

Durante a pesquisa, descobriu-se um grupo de senhoras confeccionando peças de cama e mesa, em crochê e sob encomenda, para o mercado paulista. Essa constatação sinalizou com a possibilidade de, com a formação de grupos de trabalhos voltados para esse fim, possa-se, através deles, capacitar outras pessoas que estão ociosas e com isso atender as perspectivas de capacitação e contribuir com a inclusão social e a melhoria do nível de renda da população.

O mercado portanto, existe. Adequar a produção local na medida certa para atendê-lo, deverá ser objeto de discussão e decisão quando da montagem de uma agenda de prioridades a serem implementadas.

## 6.4 – FATOR ESTRUTURAL

### 6.4.1 - Físico

Quando da definição de um processo produtivo, é importante se definir também a base física onde ele será operacionalizado. Com vistas no que se pretende produzir à guisa das sugestões para implementação do desenvolvimento local e, haja vista a diversidade produtiva que se imagina factível, torna-se imprescindível a existência de um local onde se possa concentrar a estocagem, a comercialização e distribuição do que for produzido.

Nesse local devem ser instalados os equipamentos necessários à conservação e acondicionamento dos produtos perecíveis, tais como peixe, frango e verduras. Nele também será centralizada a administração e a coordenação das atividades produtivas do consórcio de produção a ser sugerido ou outra qualquer forma de produção coletiva (cooperativa ou associação).

Para este fim, a Prefeitura Municipal dispõe de duas estruturas físicas que se adequam muito bem para as finalidades descritas e que podem ser cedidas através de convênios com a (s) entidade(s) social(is) que representará(ão) os grupos de produção. Trata-se de dois imóveis, referidos na página nº 70. No primeiro, poderá funcionar a administração da entidade a ser criada (Cooperativa, Associação ou Consórcio produtivo). No segundo, a tecelagem, já que foi construído especialmente para esse fim e lá estão instalados os teares.

### 6.4.2 - Institucional

Partindo-se da constatação feita pela pesquisa de que em São Pedro do Piauí existe um sindicato, uma cooperativa, onze associações comunitárias e treze conselhos municipais, todos instalados e em funcionamento, torna-se fácil encetar ações revitalizantes que visem conclamá-los a participar de uma plano que vise o desenvolvimento sustentável da cidade. Dispõe-se portanto, de diversos canais de comunicação direta com a sociedade local.

A partir dessa base de interação social existente, propugna-se por um repensar modernizador dessas instituições, a partir de uma sensibilização, de uma conscientização de seus agentes, sobre a necessidade de incorporar a sociedade no desencadeamento de atividades que, além de proporcionar a geração de renda, sirvam também como elo do presente com o futuro, garantindo assim, o pleno exercício da cidadania e o conseqüente empoderamento social.

Apoiar e incentivar esse empoderamento, deve constar da pauta de estratégias governamentais, dos objetivos de organizações não governamentais, da sociedade civil organizada e do próprio cidadão, como célula social de maior importância na formação da comunidade.

A cidade de São Pedro do Piauí está repleta dessas potencialidades. Seu aproveitamento é um desafio a ser superado e essa superação somente será possível se houver uma concatenação de idéias nascidas de um planejamento participativo. Conjugando esforços no sentido de oferecer as condições necessárias para a execução de propostas, deve ser o primeiro passo a ser dado pelos Agentes Públicos responsáveis pela administração da cidade.

A Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí –PI deve coordenar ações no sentido de promover a implementação de um planejamento participativo, disponibilizar recursos que visem a mobilização, a conscientização, o engajamento e a participação dos diversos segmentos da sociedade sampedrense na elaboração de uma proposta de desenvolvimento local, onde as estratégias sejam claras e bem definidas em um cronograma de atividades que traduzam os reais anseios comunitários